

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação dos anexos 1, 5 e 6 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2018, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Balanço 12 Meses)													TOTAL LÍQUIDO 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS															
	JAN/2018	FEB/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAY/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.470.760,59	26.511.379,28	20.088.096,74	27.292.219,73	27.021.021,73	28.078.396,24	27.304.326,16	27.327.152,89	27.406.940,81	26.027.345,65	40.878.205,68	35.086.606,72	567.917.043,96	1.890.562,86	369.017.604,82	
Pessoal Ativo	30.612.403,29	19.221.028,35	13.816.832,44	18.854.383,83	18.730.535,31	20.635.675,53	20.083.275,59	19.924.144,04	18.881.750,00	21.427.894,81	32.287.942,51	23.127.873,92	266.713.624,28	1.890.562,86	268.612.197,66	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	27.467.283,68	16.075.659,98	11.678.189,54	16.813.384,46	16.603.327,08	17.451.031,88	16.902.226,47	16.857.731,79	16.800.804,88	17.301.607,54	25.987.460,40	18.791.428,39	225.728.957,92	1.890.562,86	227.580.520,78	
Obrigações Patronais	3.145.117,61	3.144.368,37	2.138.732,88	2.040.999,39	2.127.208,23	3.184.643,65	3.181.048,88	3.066.412,25	2.080.945,12	3.126.287,27	6.300.482,11	3.336.453,53	40.981.676,28	0,00	41.021.676,28	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.857.925,30	7.291.351,93	7.271.264,30	7.338.038,44	7.304.486,42	7.442.721,82	7.421.050,83	7.603.008,84	7.516.190,83	7.609.438,84	11.581.353,18	11.295.732,80	103.205.407,74	0,00	103.205.407,74	
Aposentadorias, Reformas e Reformas	8.616.822,45	5.767.238,87	5.768.246,84	5.780.534,38	5.806.547,33	5.912.589,84	5.928.634,24	6.045.544,54	6.006.311,87	6.059.685,04	8.276.551,86	8.027.383,23	80.881.030,47	0,00	80.881.030,47	
Pensões	2.241.102,85	1.524.083,06	1.502.917,46	1.557.504,06	1.503.939,09	1.530.131,97	1.492.416,57	1.557.464,30	1.509.878,96	1.549.753,79	3.304.801,32	3.268.349,57	22.324.377,28	0,00	22.324.377,28	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (5º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (5º do art. 19 da LRF) (II)	10.860.454,49	7.311.315,66	8.250.471,19	7.598.311,29	7.307.240,99	7.406.123,76	7.423.018,88	7.446.572,47	7.601.645,26	7.473.702,57	4.147.856,66	7.378.018,77	95.102.768,98	0,00	95.102.768,98	
Indenizações por Danos e Incentivos à Denúncia Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Danos Judiciais de Período Anterior ao da Apuração	241.037,62	193.987,11	192.941,88	191.897,37	183.604,42	173.579,92	197.722,47	197.722,47	197.722,47	197.722,47	264.044,91	133.811,38	1.208.629,62	0,00	1.208.629,62	
Despesas de Danos Anteriores do Período Anterior ao da Apuração	2.409,19	20.164,73	787.490,89	60.662,81	27.34,37	3.875,55	968,05	8.407,12	2.489,62	323.386,34	12.258,43	7.044.367,39	8.268.956,34	0,00	8.268.956,34	
Inativos e Pensionistas com Restos a Pagar	10.616.922,69	7.067.363,82	7.070.122,42	7.146.341,51	7.088.095,84	7.228.648,28	7.223.328,34	7.228.422,88	6.890.933,14	6.953.933,76	3.871.601,32	0,00	76.431.188,08	0,00	76.431.188,08	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.608.306,10	19.199.863,62	20.203.525,55	19.894.418,04	19.713.780,74	20.672.272,58	20.083.507,28	20.080.580,41	20.713.205,59	21.563.643,08	39.730.391,03	27.808.887,95	276.814.273,87	1.890.562,86	280.704.834,83	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	805.348.403.466,57	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	280.704.834,83	0,034855%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	558.992.326,85	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	531.042.710,50	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	503.093.094,16	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOIRO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região – 09/jan/2019 – 09h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm.Indireta - R\$ 1.038.926,00; Precatórios da Adm.Direta - R\$ 7.135.044,38 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 1.245.284,29

3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)					
Fonte 69 – Contribuição Patronal p/Plano de Segurid.Social Serv.	646.327,37					646.327,37		
Fonte 63 - Rec.Própria Dec. Alienação Bens e Dir.do Patrimônio Público	145.832,94					145.832,94		
Fonte 27 – Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	899.891,26					899.891,26	424,50	
Fonte 50 - Recursos não-financeiros diretamente Arrecadados	2.536.939,26					2.536.939,26		
Fonte 81 – Recursos de Convênios	2.721.599,62		262,53			2.721.337,09	205.023,83	
Fonte 90 – Recursos Diversos	1.819,51				1.819,51	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.952.409,96	0,00	262,53	0,00	1.819,51	6.950.327,92	205.448,33	

Fonte 00 – Recursos Ordinários	14.160.097,78	329.912,20	37.016,95	2.777.503,15		11.015.665,48	3.047.903,65
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	14.160.097,78	329.912,20	37.016,95	2.777.503,15	0,00	11.015.665,48	3.047.903,65
TOTAL (III) = (I + II)	21.112.507,74	329.912,20	37.279,48	2.777.503,15	1.819,51	17.965.993,40	3.253.351,98

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES1							
---	--	--	--	--	--	--	--

FONTES: SIAFI/TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 09/jan/2019 - 09h

Nota: 1A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2018

LRF, art. 48– Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	805.348.403.466,57	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	280.704.834,83	0,034855%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	558.992.326,85	0,069410%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	531.042.710,50	0,065940%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	503.093.094,16	0,062469%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.253.351,98	17.965.993,40

FONTES: SIAFI e TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 09/jan/2019 - 09h e Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa dos Restos a Pagar

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLenário. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2018

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	369.807.604,82
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	89.102.769,99

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	280.704.834,83
---	-----------------------

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	805.348.403.466,57
--	---------------------------

% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,034855%
--	------------------

	% DA RCL	VALOR				
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%		704.019.467,34
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,087393%		703.818.130,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%		619.538.419,82
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%		618.386.771,60
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,069410%		558.992.326,85

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

FONTE: SIAFI /TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região – 09/jan/2019 – 09h

Fortaleza, 25 de janeiro de 2019.

PLAUTO CARNEIRO PORTO
Desembargador Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral - Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA
Secretária de Controle Interno